



Fundação  
**FELICE ROSSO**

# FUNDAÇÃO FELICE ROSSO

CNPJ 17.214.149/0001-76

Avenida do Contorno, 9.530 - Barro Preto - CEP 30.110-934 - Belo Horizonte - Minas Gerais



Núcleo de Ciências  
da Saúde Felício Rocho

PÁGINA 1 DE 3

## DEMONSTRATIVO DE RESULTADO 2023 – CONSELHO DIRETOR FFR

1

Ao Conselho Superior da Fundação Felice Rosso: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, o Conselho Diretor da Fundação Felice Rosso submete à apreciação de V. Ssas. as Demonstrações Contábeis da Instituição, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes aprovado pelo Conselho Fiscal.

### INTRODUÇÃO

A Fundação Felice Rosso (FFR) é uma instituição privada, sem fins lucrativos, mantenedora do Hospital Felício Rocho e do Núcleo de Ciências da Saúde Felício Rocho, consoante a finalidade da Entidade de promover a saúde e o conhecimento com excelência e responsabilidade social. A área profissional da Entidade é composta por aproximadamente 1.500 médicos e 2.871 funcionários, que exercem atividades nas diversas áreas técnicas e administrativas, além de estagiários acadêmicos, plantonistas e voluntários.

### ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A Fundação Felice Rosso, comprometida com a qualidade assistencial, é reconhecida pela busca da excelência, pela segurança de seus pacientes e pela qualidade dos seus processos, além da sua tradição na prestação de serviços de saúde, na formação de profissionais, no ensino e pesquisa. Em 2023 foram investidos na Fundação R\$ 54 milhões com recursos próprios destinados a realização de melhorias, instalações, incorporação de novas tecnologias, aquisição de novos equipamentos hospitalares, ampliação na oferta de leitos e serviços, reestruturação de áreas físicas internas e externas do Hospital, além da aquisição de novos imóveis e terrenos para implementação de novas áreas, bem como a alocação dos setores administrativos. Os investimentos realizados cumprem a proposta de promoção e garantia na melhora constante de assistência ao usuário.

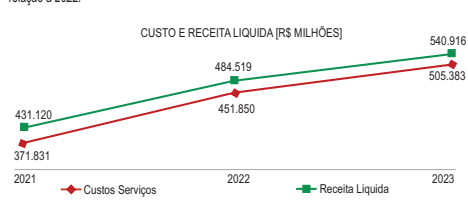
Deste montante R\$17,4 milhões foram destinados a aquisições de novos imóveis, para as reestruturações físicas e desenvolvimento de novas áreas foram aplicados cerca de R\$ 18,2 milhões sendo: R\$ 7,4 milhões em obra na rua Goitacazes n.º 1762 onde irá funcionar o serviço de diálise e lavanderia, R\$ 4,6 milhões nos pavimentos do 3º, 4º e 7º andar do Instituto de Oncologia, R\$ 1,3 milhão para instalação da nova ressonância magnética, bem como a reestruturação da unidade de internação 4º B na ordem de R\$ 1,7 milhão.

Neste contexto, visando a modernização e inovação tecnológica foi adquirida a ressonância magnética Signa Pioneer 3.0T na ordem de R\$ 7,2 milhões além da incorporação de UPGRADE para aumento de vida útil que garantirá maior qualidade e produtividade nos equipamentos já existentes em R\$ 1,3 milhão. Para complementar os serviços de diagnóstico e imagem destaca-se a aquisição do Angiografo Azurion 7 c20, na ordem de R\$ 2,6 milhões, além da incorporação de R\$ 1,5 milhão em novo aparelho de mamografia para Unidade de Saúde da Mulher e Urologia Avançada.

As aquisições de novos aparelhos médicos representam \$ 2 milhões, além de R\$ 1,4 milhão em máquinas e equipamentos diversos.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os custos operacionais e receita líquida No exercício de 2023, os custos aplicados à operação foram na ordem de R\$ 505,3 milhões, o que representa aumento de 12% comparado ao exercício anterior e, auferidos recursos líquidos vinculados à operação no montante de R\$ 540,9 milhões, mantendo o percentual de 12% em relação a 2022.



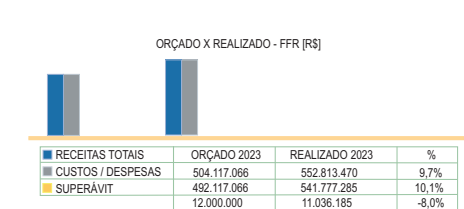
**Superávit e LAJIDA**  
A Fundação obteve resultado superavitário de R\$ 11 milhões e resultado da LAJIDA (Lucro Antes

dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) de R\$ 20 milhões em 2023.



### DESEMPENHO ORÇADO x REALIZADO

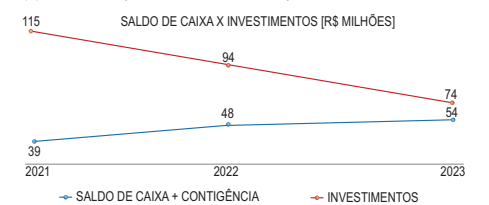
Em 2023, a geração de receitas foi superior ao orçamento para o período na ordem de 9,7%, o que representa R\$ 48,7 milhões e, os custos/despesas superaram o valor orçado em 10,1%, que representa R\$ 49,7 milhões. O resultado dessas variações impactou no desvio de 8% do Superávit alcançado em comparação ao orçado para o exercício.



### SALDO DE CAIXA E INVESTIMENTOS

A Fundação, no ano de 2023, gerou o equivalente a R\$ 32,7 milhões de disponibilidade líquida de caixa. Os recursos gerados, somados ao saldo em caixa disponível no início do período no montante de R\$ 34,9 milhões, são integralmente reinvestidos na Instituição para cumprimento e manutenção dos objetivos estatutários.

Visando à ampliação da estrutura física da Fundação e mantendo a prática de modernização dos equipamentos e instalações, foram reinvestidos na Instituição, em 2023 R\$ 54 milhões.



### MENSAGEM DE AGRADECIMENTO

Registramos nosso especial agradecimento aos colaboradores da Fundação Felice Rosso e aos membros do Corpo Clínico do Hospital Felício Rocho que, pela dedicação e esforço, contribuíram para os resultados positivos apresentados pela Instituição, no exercício de 2023. Agradecemos aos ilustres membros do Conselho Superior e do Conselho Fiscal pela cooperação e confiança nos trabalhos desenvolvidos, e aos nossos pacientes, fornecedores e instituições que participaram do fortalecimento da Fundação, no decorrer do exercício de 2023.

O Conselho Diretor

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em Reais)

ATIVO	Nota	2023		2022	
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes a Caixa	4	12.736.578	34.946.670		
Aplicação Financeira Vinculada	5	61.573.578	58.602.110		
Contas a Receber de Clientes	6	81.722.892	71.387.453		
Ordens de Serviços a Faturar	7	14.635.318	22.572.402		
Estoques	8	21.557.804	21.947.474		
Créditos Judiciais a Receber	9	-	3.228.979		
Crédito a Receber Instituições Parceiras	10	-	408.000		
Outros Ativos Circulantes		7.098.702	7.152.812		
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>199.324.672</b>	<b>220.245.902</b>		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Depósitos Judiciais e Cauções	11	256.664.309	235.717.726		
Cobranças Judiciais	6	3.923.321	3.542.192		
Créditos Judiciais a Receber	9	318.423	1.531.732		
Despesas Antecipadas a Apropriar		481.003	414.725		
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>261.387.056</b>	<b>241.206.374</b>		
Investimentos	12	1.837.983	937.246		
Imobilizado	13	208.766.771	174.623.008		
Intangível	14	1.445.928	1.537.181		
Direito de Uso - Imóvel	15	4.627.714	6.705.622		
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>478.065.453</b>	<b>425.009.432</b>		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>677.390.125</b>	<b>645.255.334</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2023		2022	
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	16	65.042.200	68.710.093		
Arrendamento Mercantil	17	3.957.511	2.171.650		
Obrigações Trabalhistas e Sociais	18	27.808.518	23.940.338		
Obrigações Tributárias e Fiscais		1.609.138	1.166.086		
Adiantamentos de Clientes	19	1.799.374	789.265		
Convênios e Receitas a Realizar - Público	20	50.000	3.141.526		
Convênios e Receitas a Realizar - Privado	21	2.608.952	2.608.952		
Outros Passivos Circulantes		739.714	668.261		
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>103.615.407</b>	<b>103.196.171</b>		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Exigível a longo prazo</b>					
Arrendamento Mercantil	17	948.627	4.534.003		
Convênios e Receitas a Realizar - Público	20	20.833	70.833		
Convênios e Receitas a Realizar Privado	21	31.810.527	34.419.479		
Provisão para Contingências	22	320.486.656	293.567.958		
Outros Passivos Não Circulantes		5.000	-		
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>353.271.644</b>	<b>332.592.273</b>		
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Patrimônio Social	23	188.533.249	176.591.931		
Reserva de Reavaliação		31.969.826	32.874.959		
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>220.503.075</b>	<b>209.466.890</b>		
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>677.390.125</b>	<b>645.255.334</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO FELICE ROSSO é uma Fundação Privada sem fins lucrativos, sendo seus objetivos sociais: promover a saúde no país por meio da gestão, manutenção e custeio do Hospital Felício Rocho e de novas unidades hospitalares, ambulatórios e/ou domiciliares que viem a ser criadas; promover o conhecimento em saúde no país por meio do desenvolvimento de atividades de educação e de pesquisa científica e/ou da criação, manutenção e custeio de unidades específicas; praticar qualquer ato de beneficência dentro do território nacional, consignados em seu estatuto, e determinados pelo Conselho Diretor, em sua maioria e, aprovados pelo Conselho Superior. A execução dos fins enumerados neste artigo dar-se-á em ordem sucessiva, segundo as possibilidades financeiras e econômicas da Fundação.

São órgãos administrativos da Fundação Felice Rosso:

- Conselho Superior
- Conselho Diretor
- Conselho Fiscal

Os integrantes do Conselho Superior e Fiscal não percebem qualquer remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos. Por sua vez, os integrantes do Conselho Diretor percebem remuneração, pelos serviços prestados devido a atuação na gestão executiva com vista ao cumprimento dos requisitos previstos nos art. 3º e 16º da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, respeitando-se os limites máximos dos valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, tendo sido o valor fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público.

### 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), alinhados às Normas Internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) concomitante com as disposições da ITG 2002(R1) – Entidades sem Finalidade de Lucro.

#### 2.2. Bases de Elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

#### 2.3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) contabilização de perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (perdas estimadas no recebimento de créditos de liquidação duvidosa), (ii) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e, (iii) contabilização de provisões.

A Fundação tem por prática a revisão de suas estimativas e premissas de forma contínua. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são avaliadas e alteradas, se causarem impacto apenas nesse período ou, também, em períodos posteriores, se o impacto for sobre o período futuro.

#### 2.4. Moeda funcional e apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras é o Real. As informações financeiras são apresentadas em reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de reais mais próxima.

As demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho Fiscal em 27 de março de 2024.

### 3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

#### a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. As receitas e despesas da Entidade são apropriadas com base em documentos que atendem às exigências legais e fiscais.

#### b) Caixa e equivalentes de Caixa

Incluem caixa, bancos e aplicações financeiras com prazos de vencimento original de até 90 dias, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

#### c) Perda estimada no recebimento de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

É constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber, tendo em vista a experiência passada e a posição dos títulos vencidos.

#### d) Estoques

Os estoques estão avaliados pelo custo de aquisição, os quais não excedem o valor de mercado e estão representados, substancialmente, por materiais médicos hospitalares, órfeses, próteses e medicamentos.

#### e) Imobilizado

É demonstrado pelo custo histórico, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear às taxas anuais, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens, com exceção dos terrenos que não são depreciados.
- Perda por redução do valor recuperável dos ativos (impairment), quando aplicável. O valor contábil de um ativo e imediatamente baixado ao seu valor recuperável, quando identificado que esse valor contábil é maior que o valor recuperável do mesmo.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico quando dos benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

#### f) Intangível

É avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e submetido a teste anual de recuperabilidade para os ativos com vidas úteis indefinidas. Ativos com vidas úteis definidas são amortizados pelo método linear, revisadas quanto ao período de amortização a cada final de exercício social.

#### g) Operações de Arrendamento

A Fundação reconhece os passivos assumidos relacionados a arrendamentos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período de arrendamento e o ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os contratos de baixo valor, ou de curto prazo enquadrados na isenção da norma não são reconhecidos como operação de arrendamento.

#### h) Receitas a Realizar

Referem-se a saldos diferidos de recursos recebidos de convênios seja para aquisição de equipamentos, reforço para custeio da atividade hospitalar ou para fins de obtenção de exclusividade no fornecimento de serviços. São reconhecidos na demonstração de resultado do exercício à medida do reconhecimento das despesas de depreciação do ativo adquirido, da realização dos custos dos serviços prestados e prazo de concessão de exclusividade estipulado em contrato, respectivamente.

#### i) Provisões para Contingências

As provisões para contingências fiscais, trabalhistas e outras são constituídas em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais insucessos quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for caracterizado risco de perda em ações judiciais ou administrativas.

#### j) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativas e adote premissas que, no seu melhor julgamento, afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados. Substancialmente, a utilização de estimativas no balanço foi utilizada quando do reconhecimento de contingências e das provisões para perdas no recebimento de crédito.

#### k) Outros passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, pelos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

#### l) Receitas e despesas com trabalho profissional voluntário

As contribuições e doações de serviços voluntários são mensuradas pelo valor justo da prestação de serviço e reconhecidas na Demonstração do Resultado do Exercício como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

### 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados como segue:

	2023	2022
Caixa	31.003	79.385
Banco conta movimento	4.550.144	5.500.120
Aplicações financeiras	8.155.431	29.367.165
	<b>12.736.578</b>	<b>34.946.670</b>

As disponibilidades bancárias possuem liquidez imediata e as operações financeiras são de livre movimentação e foram contratadas para um prazo inferior a 90 dias da data do Balanço. As aplicações foram contratadas junto a Instituições Financeiras de primeira linha e foram substancialmente remuneradas, em 2023, com base em percentuais próximos a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

### 5 APLICAÇÃO FINANCEIRA VINCULADA

A Fundação possui ainda uma aplicação financeira com prazo de vencimento contratado superior a noventa dias que, portanto, não se enquadra como equivalentes de caixa, conforme apresentado.

	2023	2022
Aplicações financeiras vinculadas	61.573.578	58.602.110
	<b>61.573.578</b>	<b>58.602.110</b>

A Fundação Felice Rosso adotou uma estratégia de contingenciamento de recursos por meio de aplicação financeira vinculada, com o objetivo de proporcionar liquidez para enfrentar eventual risco de insucesso e necessidade de quitação imediata de passivo relacionado ao processo que questiona a obrigatoriedade do recolhimento da Contribuição Previdenciária de INSS Cota Patronal e acessório legal (nota 22 – item (i) letra a).

Esse contingenciamento teve início em março de 2020, sendo motivado por suspensão temporária de realização de depósito judiciais, em função dos seguintes fatores:

(i) A suspensão temporária dos recolhimentos judiciais, como medida de enfrentamento da COVID-19, até maio/2021, respaldada por decisão liminar. Isso indica que a Fundação enfrentou um período de incertezas quanto aos fluxos de caixa relacionados aos recolhimentos judiciais durante a pandemia.

(ii) O êxito, em julho de 2023 em segunda instância, do pedido declaratório de imunidade, prevista no art. 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal, desobrigando a Fundação do recolhimento das contribuições sociais previstas pelos artigos 22 e 23 da Lei nº 8.219/91 até novembro de 2021. Com a sanção da Lei Complementar 187/2021, a partir da competência de dezembro de 2021, a Fundação passou a recolher as contribuições devidas que até então estão sendo questionadas em Juízo tornando desnecessário o contingenciamento de novos recursos e a realização de depósitos judiciais relacionadas aos períodos subsequentes.

Os recursos estão aplicados em CDB, em banco de primeira linha com rentabilidade de 108% (12,73% em 2023) do CDI enquanto a provisão para contingência relacionada considera a variação da SELIC acumulada (11,75% em 2023 para fins de atualização).

É importante destacar que embora o saldo da aplicação financeira seja de livre movimentação, a utilização dos recursos vinculados em aplicação financeira para fins diferentes daqueles para os quais foram instituídos está sujeita a aprovação do Conselho Superior, garantindo assim uma gestão transparente e responsável dos recursos da Fundação.

### 6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E COBRANÇAS JUDICIAIS



# FUNDAÇÃO FELICE ROSSO

CNPJ 17.214.149/0001-76

Avenida do Contorno, 9.530 - Barro Preto - CEP 30.110-934 - Belo Horizonte - Minas Gerais



Núcleo de Ciências da Saúde Felício Rocho

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

225 mil. Por força de sentença judicial lavrada em 2008, pelo Superior Tribunal de Justiça, foi determinada a atualização monetária dos valores pagos. Em 2017, foi concluída a fase de liquidação, determinando o Juiz a expedição de precatório, sem previsibilidade de recebimento. Em 2023, a alta administração, pleiteou junto ao Município, a utilização parcial de crédito, para compensação de débitos existentes. Tendo êxito neste requerimento, a Fundação aguarda pagamento do saldo remanescente. c) O crédito judicial junto ao Ministério da Saúde é decorrente do êxito da ação judicial movida pela Federação Brasileira de Hospitais - FBH, na qual se pleiteava o pagamento da diferença de serviços prestados ao SUS em junho de 1994, período da conversão da URV para Reais. Ficou definido pelo acordo judicial o pagamento em 10 (dez) parcelas. Foram liberadas 04 (quatro) parcelas correspondentes aos anos de 2004 a 2007, restando outras 06 (seis), referentes aos anos de 2008 a 2013, que tiveram o pagamento suspenso em razão de questionamentos opostos pela União Federal. Em 2012, a administração optou por constituir a provisão para perda "impairment" do saldo a receber, para fazer face ao possível risco de liquidez do crédito. Presentemente, o processo se encontra em aguardo de decisão, por parte do STF, no sentido de resguardar o direito dos hospitais.

10 CRÉDITO A RECEBER INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Circulante	2023	2022
	Crédito a Receber Instituições Parceiras	-
	-	<b>408.000</b>

Em 2022, sob essa rubrica encontravam-se registrados os créditos junto a instituição parceira, referentes a última parcela do contrato de cessão onerosa de espaço e outras avenças, assinado em setembro de 2022, sendo esse integralmente recebido no exercício de 2023.

11 DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	2023	2022
a) Depósitos Judiciais	256.567.928	235.622.945
b) Cauções	96.381	94.781
	<b>256.664.309</b>	<b>235.717.726</b>

a) Os depósitos judiciais são representados por depósitos recursais trabalhistas e depósitos relacionados às questões tributárias e cíveis decorrentes das discussões judiciais em curso, conforme apresentado pela nota 22.

Depósitos Judiciais Em 31 de dezembro de 2022	Tributária (i)	Cível	Trabalhista (ii)	Total
Atualização	21.119.599	8.495	938.803	22.066.897
Baixa/Reversão	-	(3.707)	(1.118.207)	(1.121.914)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>254.591.735</b>	<b>258.474</b>	<b>1.717.719</b>	<b>256.567.928</b>

(i) INSS Cota Patronal  
O Conselho Superior da Fundação, consubstanciados na recomendação de renomados consultores jurídicos, decidiu, a partir de 2016, de forma conservadora, a utilização social de depósitos judiciais, relacionados ao processo relativo à contribuição previdenciária do INSS Cota Patronal. Tal contribuição social poderia ser requerida considerando uma possível interpretação divergente em relação à manutenção do direito de imunidade da Fundação. Em novembro de 2016, foi realizado o depósito inicial na ordem de R\$ 93 milhões, referente ao período entre dezembro de 2011 e novembro de 2016, com inclusão dos valores de juros e multas incidentes sobre o valor principal.

A partir da competência de março de 2020, a Administração da Fundação pôde suspender os depósitos judiciais referentes ao INSS Patronal (e acessórios), respaldada por decisão liminar que deferiu a tutela de urgência para suspender a exigibilidade do crédito tributário relativo às contribuições sociais criadas pelos artigos 22 e 23 da Lei 8.212/91, independente de garantia do juízo. Em 08 de junho de 2021, a Fundação logrou êxito, em primeira e em julho de 2023 em segunda instância, ao comprovar sua condição de entidade beneficente de assistência social, sendo julgado procedente o pedido para declarar o direito à imunidade, prevista no art. 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal, de modo a desobrigá-la do recolhimento das contribuições sociais previstas pelos artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91, (INSS Cota Patronal) até o mês de dezembro/2021. Presentemente o referido processo encontra-se em fase de recurso junto aos Tribunais Superiores (STJ e STF) aguardando julgamento.

(ii) Depósitos Trabalhistas  
Os depósitos recursais efetuados têm por objetivo garantir o aceite de recursos em processos trabalhistas em curso. O depósito caução representa aplicação em título de capitalização dado em garantia a aluguel de imóvel.

12 INVESTIMENTOS

	31/12/2022	Adição	Equivalência Patrimonial	Lucro Recebido	31/12/2023
Conta Capital Cooperativa (i)	937.246	964.666	-	(68.928)	1.832.984
Centro Felício Rocho de Nefrologia (ii)	-	-	2.844.970	(2.839.970)	5.000
<b>TOTAL</b>	<b>937.246</b>	<b>964.666</b>	<b>2.844.970,00</b>	<b>(2.908.898,00)</b>	<b>1.837.984</b>

Os valores relativos ao saldo de investimentos são provenientes de:

- (i) Conta Capital junto ao SICOOB Credicom.
- (ii) Investimento em sociedade adquiridos pela Fundação em 2008 junto ao Centro Felício Rocho de Nefrologia como estratégia para a assunção de serviços de nefrologia. Em março de 2023 a sociedade logrou êxito no recebimento de precatório junto ao IPSEMG, motivo único que se justifica a manutenção do CNPJ ativo da sociedade, os efeitos relacionados foram reconhecidos à título de receita de saldo positivo de equivalência patrimonial, conforme nota (27).

13 IMOBILIZADO

IMOBILIZADO	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2023
Terenos	21.290.000	15.448.472	-	-	36.738.472
Edificações	50.409.557	2.010.000	-	-	52.419.557
Instalações	7.613.238	18.000	(382)	605.607	8.236.463
Benefetórias	63.910.336	198.221	(467)	1.160.940	65.269.030
Aparelhos Méd. Eletrônicos	65.456.331	7.826.656	(439.810)	5.708.794	78.551.970
Máquinas e Equip.	15.343.245	3.246.859	(27.145)	-	20.591.559
Móveis e Utensílios	14.534.911	2.024.822	(12.962)	-	16.546.771
Equip. de Informática	13.529.718	1.579.778	(284)	-	15.109.212
Aparelhos de Telefonia	82.594	-	(141)	-	82.453
Equip. e Instrum. Médicos	4.739.009	720.831	(197.275)	-	5.262.565
Obras em andamento	8.259.820	18.283.152	(836.936)	(1.766.547)	23.939.487
Imobilizados em andamento "Impairment"	17.422.570	1.274.817	(2.072.676)	(5.708.794)	10.297.633
	(508.701)	-	-	-	(508.701)
<b>TOTAL DO CUSTO</b>	<b>282.082.628</b>	<b>54.041.924</b>	<b>(3.588.078)</b>	-	<b>332.536.470</b>
(-) Depreciação Acumulada	(107.459.620)	(16.679.053)	368.974	-	(123.769.699)
<b>TOTAL</b>	<b>174.623.008</b>	<b>37.362.871</b>	<b>(3.837.390)</b>	-	<b>208.766.771</b>

A Fundação adota a prática de efetuar anualmente a avaliação física da totalidade dos bens que integram seu ativo imobilizado, procedendo à baixa daqueles itens classificados como inservíveis ou incapazes de gerar benefícios econômicos. Adicionalmente, efetua avaliações anuais no sentido de verificar a existência de alguma indicação de que um ativo tenha perdido valor e, dessa forma, possa estar reconhecido no Balanço por valor acima do recuperável, para fins de reconhecimento de eventuais perdas ao valor recuperável (Impairment).

14 INTANGÍVEL

	31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2023
Softwares	6.478.095	10.800	-	-	6.488.895
(-) Amortização Acumulada	(4.940.914)	-	-	(102.053)	(5.042.966)
<b>TOTAL</b>	<b>1.537.181</b>	<b>10.800</b>	-	<b>(102.053)</b>	<b>1.445.928</b>

Sob essa rubrica é apresentado o saldo dos gastos incorridos na aquisição de softwares necessários às operações administrativas e hospitalares da FFR, demonstrado ao líquido das amortizações acumuladas, as quais foram calculadas pela taxa média de 20% ao ano.

15 DIREITO DE USO - IMÓVEL

Reflete o saldo representativo do direito de utilização de ativos arrendados.

	31/12/2022	Remensuração	Depreciação	31/12/2023
Direito de uso Imóveis	9.277.245	22.944	-	9.300.189
(-) Depreciação acumulada	(2.571.623)	-	(2.100.852)	(4.672.475)
<b>TOTAL</b>	<b>6.705.622</b>	<b>22.944</b>	<b>(2.100.852)</b>	<b>4.627.714</b>

16 FORNECEDORES

Sob o título "Fornecedores" são apresentados os valores correspondentes a fornecimentos de insumos e serviços utilizados na prestação de serviços hospitalares e médicos. Os valores correspondentes não estão sujeitos a juros e atualização e têm prazo médio de vencimento da ordem de 75 dias.

	2023	2022
Fornecedores de materiais/equipamentos	51.829.500	55.461.734
Fornecedores de serviços	13.212.700	13.248.359
	<b>65.042.200</b>	<b>68.710.093</b>

17 ARRENDAMENTO MERCANTIL

Sob essa rubrica são apresentados os valores correspondentes aos pagamentos futuros relacionados aos contratos de locação de ativos de direito de uso, que atendem a definição de arrendamento, na forma do CPC 06(R/2) cujos passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados com base na taxa nominal de empréstimo incremental.

	Circulante	Não Circulante
	2023	2022
Arrendamento de Imóveis	3.957.511	2.171.650
	<b>3.957.511</b>	<b>4.534.003</b>

18 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	2023	2022
Ordenados e Salários	8.086.675	6.586.489
Provisões de Férias e Encargos	14.395.598	12.899.475
Contribuições Sociais a Recolher	5.326.245	4.454.374
	<b>27.808.518</b>	<b>23.940.338</b>

19 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2023	2022
Depósito de Pacientes	584.364	708.257
Adiantamento de Convênio/SUS/União Federal	1.215.010	81.008
	<b>1.799.374</b>	<b>789.265</b>

Adiantamento de convênios/SUS/União Federal refere-se ao saldo de adiantamentos recebidos da União Federal, antecipadamente, valor determinado via liminar judicial para aquisição de medicamentos destinados à pacientes que estão ou serão introduzidos no tratamento oncológico.

20 CONVÊNIO E RECEITAS A REALIZAR - PÚBLICO

Sob essa rubrica encontram-se apropriados os saldos diferidos relativos a recursos recebidos de convênios e contratos públicos, destinados à aquisição de equipamentos, reforço de custeio. Esses saldos vêm sendo reconhecidos na Demonstração de Resultado do Exercício na medida em que as despesas de depreciação e despesas de custeio relacionadas aos convênios ocorrem

De Convênios / Verbas Públicas	Circulante		Não Circulante	
	2023	2022	2023	2022
a) Convênio 757.988/2011	-	20.000	-	-
b) Convênio 794.375/2013	50.000	50.000	20.833	70.833
c) Verba Emenda Parlam. Port. 3675	-	585.128	-	-
d) Termo de Metas 1756/7595/2021	-	1.036.211	-	-
e) Termo de Metas 1756/7603/2021	-	401.960	-	-
f) Termo de Coop. 069/2021-RES 7.592	-	223.512	-	-
g) Termo de Metas 1756/7595/2021	-	232.692	-	-
h) Termo de Metas 1756/7595/2021	-	217.384	-	-
i) Termo Coop. 088/21 - Port. 1463/21	-	154.954	-	-
j) Termo de Metas 1756/7595/2021	-	219.685	-	-
	<b>50.000</b>	<b>3.141.526</b>	<b>20.833</b>	<b>70.833</b>

Convênios / Verbas Públicas

a) O valor corresponde ao convênio firmado pela Fundação Felice Rosso com o Ministério da Saúde, em 2011, tendo como objetivo a aquisição do aparelho de Vídeo Colonoscopia. A prestação de contas correspondente foi apresentada em tempo hábil e aprovada no exercício de 2016. A realização da receita foi processada concernente ao saldo de depreciação, sendo este totalmente depreciado no exercício de 2023.

b) O valor corresponde ao convênio firmado pela Fundação Felice Rosso com o Ministério da Saúde, em 2013, tendo como objetivo a aquisição de 20 aparelhos Monitores Multiparamétricos, para unidade de atenção especializada à saúde. A prestação de contas correspondente foi apresentada em tempo hábil e aprovada no exercício de 2016. A realização da receita se processa na medida que ocorre a depreciação dos equipamentos adquiridos.

c) O valor corresponde ao Termo de Cooperação Nº: 002/2021, destinado a reforço de custeio concernente ao Bloco de Média e Alta Complexidade (MAC), Port. 3675 - Verba Emenda Parlamentar 36000350612202000, com vencimento em 19/02/2022. Com anuência da Secretária Municipal de Saúde de Belo Horizonte, houve a disponibilização da verba para a compra de medicamentos não contemplados na tabela SUS. A realização da receita foi processada concernente ao fluxo de compra com utilização dos recursos integralmente em 2023.

d) O valor corresponde ao Termo de Metas 1756/7595/2021, destinado a reforço de custeio das ações de saúde para enfrentamento da COVID-19, com vencimento em 2022. Mediante orientação da Secretária Estadual de Saúde, em 2023 foi realizada devolução integral acrescido de rendimentos de aplicação financeira por meio de Documento de Arrecadação Estadual - DAE ao Fundo Estadual de Saúde (FES), visto que a Fundação não atendeu aos requisitos do decreto 45.468/2010 e o alcance das metas.

e) O valor corresponde ao Termo de Metas 1756/7603/2021, destinado a reforço de custeio das ações de saúde para enfrentamento da COVID-19, com vencimento em 2022. Mediante orientação da Secretária Estadual de Saúde, em 2023 foi realizada devolução integral acrescido de rendimentos de aplicação financeira, Documento de Arrecadação Estadual - DAE ao Fundo Estadual de Saúde (FES), visto que a Fundação não atendeu aos requisitos do decreto 45.468/2010 e o alcance das metas.

f) O valor corresponde ao Termo de Cooperação 069/2021 - RES 7.592, destinada a reforço de custeio das ações de serviços de saúde, vencimento em 14/12/2024. Mediante orientação da Secretária Estadual de Saúde, em 2023 a utilização do recurso foi realizada integralmente para a compra de medicamentos não contemplados na tabela SUS e utilizados em pacientes provenientes deste convênio. A realização da receita foi processada concernente ao fluxo de compra com utilização dos recursos integralmente em 2023.

g) O valor corresponde ao Termo de Metas 1756/7595/2021 - RES 7896/2021 que substituiu a RES 7770/21, destinado a reforço de custeio das ações de saúde para enfrentamento da COVID-19, vencimento em 16/12/2022. Mediante orientação da Secretaria Estadual de Saúde, em 2023 foi realizada devolução integral acrescido de rendimentos de aplicação financeira, por meio de crédito em conta originária ao repasse, por ser de fonte federal, visto que a Fundação não atendeu aos requisitos do decreto 45.468/2010 e o alcance das metas.

h) O valor corresponde ao Termo de Metas 1756/7595/2021 - RES 7812/2021, destinado a reforço de custeio das ações de saúde para enfrentamento da COVID-19, vencimento em 17/12/2022. Mediante orientação da Secretaria Estadual de Saúde, em 2023 foi realizada devolução integral acrescido de rendimentos de aplicação financeira, por meio de Documento de Arrecadação Estadual - DAE ao Fundo Estadual de Saúde (FES), visto que a Fundação não atendeu aos requisitos do decreto 45.468/2010 e o alcance das metas.

i) O valor corresponde a Verba Parlamentar / Termo Cooperação 088/21 Portaria 1463/21, referente a recurso financeiro suplementar para reforço de custeio concernente ao bloco de média e alta complexidade (MAC), vigência: 21/01/2022 a 21/01/2023. A utilização do recurso foi realizada integralmente em 2023 para a compra de materiais e medicamentos não contemplados na tabela SUS, utilizados em pacientes provenientes deste convênio. A realização da receita foi processada concernente ao fluxo de compra com utilização dos recursos integralmente em 2023.

j) O valor corresponde ao Termo de Metas 1756/7595/2021 - RES 7957/21, destinada a reforço de custeio das ações de saúde para enfrentamento da COVID-19, vencimento 16/08/2022. Mediante orientação da Secretária Estadual de Saúde, em 2023 foi realizada devolução integral acrescido de rendimentos de aplicação financeira por meio de Documento de Arrecadação Estadual - DAE ao Fundo Estadual de Saúde (FES), visto que a Fundação não atendeu aos requisitos do decreto 45.468/2010 e o alcance das metas.

21 CONVÊNIO E RECEITAS A REALIZAR - Privado

Sob essa rubrica encontram-se apropriados os saldos de receitas diferidas relativas a recursos oriundos de contratos firmados com empresas particulares relacionados a concessão de exclusividade na utilização de espaços físicos.

	Circulante	Não Circulante
	2023	2022
a) Direito de Exclusividade PAB HFR	540.000	540.000
b) Contratos Instituições Parceiras	2.068.952	2.068.952
	<b>2.608.952</b>	<b>2.608.952</b>

a) O valor corresponde ao saldo oriundo de concessão de exclusividade na utilização de espaço físico da Fundação para atividades bancárias - PAB. A realização da receita, em resultado, ocorrerá na medida que transcorre o prazo do contrato, com vigência até setembro de 2027.

b) O valor corresponde a contratos celebrados entre a Fundação Felice Rosso e empresas parceiras, referente a: prestação de serviços e desenvolvimento das atividades relacionadas a tratamentos oncológicos do Hospital e serviços de hemoterapia e Banco de Sangue.

22 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Fundação é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativas e judiciais.

O risco de perda associado a cada processo é estimado, periodicamente, pela Administração, que considera a opinião de seus assessores jurídicos.

A movimentação das provisões para contingências pode ser resumida como segue:

Contingências	Tributária (i)	Cível	Trabalhista (ii)	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>287.605.642</b>	<b>56.435</b>	<b>5.905.881</b>	<b>293.567.958</b>
Constituição	-	162.867	3.037.077	3.199.944
Atualização	27.162.592	-	-	27.162.592
Baixa/Reversão	-	(159.199)	(3.284.639)	(3.443.838)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>314.768.234</b>	<b>60.103</b>	<b>5.658.319</b>	<b>320.486.656</b>

Depósitos Judiciais

	Tributária (i)	Cível	Trabalhista (ii)	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>233.472.136</b>	<b>253.686</b>	<b>1.897.123</b>	<b>235.622.945</b>
Atualização	21.119.599	8.495	938.803	22.066.897
Baixa/Reversão	-	(3.707)	(1.118.207)	(1,121.914)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>254.591.735</b>	<b>258.474</b>	<b>1.717.719</b>	<b>256.567.928</b>

(i) Tributária

1. INSS Patronal - A Administração da Fundação, preocupada com a sustentabilidade do Hospital e considerando o resultado deficitário apresentado nos estudos econômicos e financeiros relacionados aos atendimentos aos pacientes do SUS, optou por readequar os atendimentos a essa Entidade a partir de fevereiro de 2012, data da assinatura do Programa Operativo Anual - POA. Considerando uma posição conservadora, apoiada nas orientações de seus assessores jurídicos, a Administração da Fundação efetuou, a partir do exercício de 2012, a constituição de provisão para contingência em valores equivalentes ao montante das parcelas mensais da contribuição previdenciária, que poderia ser requerida, considerando-se uma possível interpretação divergente em relação à manutenção do direito de imunidade, relacionada à filantropia e ao inssucesso das medidas judiciais tomadas no sentido de resguardar os direitos da Fundação.

A partir de 2016, consubstanciada na recomendação de renomados consultores jurídicos, a Administração da Fundação, de forma a afastar quaisquer possibilidades de lançamento de tributos ou de medidas de coerção de pagamentos por parte da Receita Federal do Brasil, que pudessem impactar sua operacionalidade, optou, de forma conservadora, pelo ajustamento de ação ordinária, com pedido de declaração de inexistência de relação jurídico-tributária, capaz de reforçar o reconhecimento da condição de imune da Fundação, efetuando, concomitantemente, a realização de depósito judicial relacionado ao processo, inicialmente da ordem de R\$ 90.856.710, já inclusos os valores de juros e multas incidentes sobre o valor principal.

A partir da competência de março de 2020, a Administração da Fundação decidiu por suspender os depósitos judiciais referentes ao INSS Patronal (

Fundação  
FELICE ROSSO

## FUNDAÇÃO FELICE ROSSO

CNPJ 17.214.149/0001-76

Avenida do Contorno, 9.530 - Barro Preto - CEP 30.110-934 - Belo Horizonte - Minas Gerais

Núcleo de Ciências  
da Saúde Felício Rocho

PÁGINA 3 DE 3

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Conselheiros e Administradores da  
FUNDAÇÃO FELICE ROSSO**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da FUNDAÇÃO FELICE ROSSO que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO FELICE ROSSO, em 31 de dezembro de 2023, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor". Somos independentes em relação à FUNDAÇÃO FELICE ROSSO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase – Contribuição Previdenciária**

Conforme apresentado na nota explicativa 22 item i.1., a Fundação possui processo em fase de recurso, junto aos Tribunais Superiores (STJ e STF), ainda aguardando julgamento, de questionamento do INSS cota patronal, relativo a períodos anteriores a dezembro de 2021, tendo, de forma conservadora, efetuado depósitos judiciais e resguardado em aplicação financeira vinculada, recursos que acredita serem suficientes para fazer face a eventual desfecho desfavorável dessa ação. A partir de dezembro de 2021, com a sanção da Lei Complementar, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS tomou-se requisito indispensável ao gozo da imunidade tributária das contribuições sociais. Dentre os requisitos para concessão do referido certificado para a área de saúde, há a imprescindibilidade de prestação de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados, percentual esse não cumprido pela Fundação. Portanto, a Fundação, ainda que preencha aos demais requisitos estabelecidos, passou a não mais fazer jus à imunidade criada pelo parágrafo 7º do artigo 195 da Constituição Federal.

Considerando a opção de não obter o credenciamento exigido, em função do risco financeiro existente para operacionalizar o atendimento do percentual mínimo de 60% de SUS, a Fundação iniciou o recolhimento do INSS patronal e do PIS sobre a Folha de Pagamento, a partir da data de entrada em vigor da referida Lei Complementar, o que não significa qualquer renúncia no direito pleiteado no processo, ainda em curso, de questionamento do INSS cota patronal, relativo a períodos anteriores à vigência da Lei Complementar 187/2021.

**Outros assuntos**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós examinadas e nosso relatório datado de 13 de março de 2023, conteve parágrafo de ênfase sobre o mesmo assunto acima descrito, com opinião sem modificação sobre aquelas demonstrações financeiras.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 26 de março de 2024.

AUDSÉRVICE - AUDITORES ASSOCIADOS S.S.

CRC-01-MG-4553 – O

Alexandre Oliveira Chagas

Auditor Responsável

CRC-MG- 075751/ O-7

Fernanda Filizzola Mattos de Santos

Auditora Responsável

CRC-MG-113.796/O-0

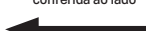


Audsérvice Auditores Associados S.S.



Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP nº 2.200-2  
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser  
conferida ao lado



A PUBLICAÇÃO ACIMA FOI ASSINADA E CERTIFICADA DIGITALMENTE NO DIA 29/04/2023



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para  
acessar a página de **Publicações Legais** no portal do  
**Jornal Estado de Minas**. Acesse também através do link:  
<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2024/04/Balanco-EM-Fundacao-Felice-Rosso-29-04-2024.pdf>

